

Martim Vieira Ferreira

**Ações Afirmativas para a população negra em Piracicaba:  
Estudos contemporâneos**

CELACC/ECA-USP

2010

Martim Vieira Ferreira

**Ações Afirmativas para a população negra em Piracicaba:  
Estudos contemporâneos**

Trabalho de conclusão de curso de  
pós-graduação em Mídia Informação  
e Cultura produzido sob a orientação  
do Prof. Dr. Wilton Garcia

CELACC/ECA-USP

2010

## AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida, por me conceder saúde e disposição para enfrentar aos sábados de manhã os mais de 350 quilômetros, ida e volta, de Piracicaba ao Campus da USP, Cidade Universitária, na realização deste curso de especialização que por ora se encerra. E principalmente à minha família, na pessoa da minha eterna esposa, Benedita Roque da Silva Ferreira, que antes de atender ao chamado do Pai Eterno, no dia 13 de novembro de 2010, deixou um legado de vida exemplar a muitas gerações devido à sua compreensão de que somente venceremos pela educação e de que devemos, sim, romper com os grilhões que nos amarram. Assim, foi fundamental o seu apoio no resguardo do nosso único filho, o jovem Victor Martim Silva Ferreira, de 18 anos, enquanto eu estava em São Paulo.

Dizem que amizade e solidariedade são palavras que parecem estar em desuso neste novo milênio. Felizmente, tal afirmação não se aplica neste caso. Muitas pessoas ajudaram, de uma maneira ou de outra, na realização deste artigo. Em primeiro lugar, relaciono todos os que iniciaram e terminam este curso, sendo que foi fundamental o espírito de equipe, coleguismo e amizade, que extrapolaram as paredes das classes para se constituir num foco permanente de convivência mútua que deve prosperar pela vida afora.

Aos professores Wilton Garcia, Valmir, Juarez e Dennis de Oliveira, que viabilizaram os meios para que este trabalho fosse realizado, e aos funcionários do CELACC – João, Maíra e Gerson – pelo apoio. Às amigas Márcia Cristina Américo e Daniela Rocha, ambas da cidade de Piracicaba, pela inspiração e constante incentivo.

Agradecemos também a todas as pessoas citadas neste artigo, que contribuíram com depoimentos e histórico de vida para tentar mostrar o universo das ações afirmativas. Além de entidades civis e governamentais que são referências neste trabalho.

**Resumo**

O artigo, a partir de fontes bibliográficas e experiência empírica, estuda diferentes aspectos das ações afirmativas em Piracicaba. Para isso, propõe-se a discussão de projeto realizado em 2004, a fim de propor um exercício de inclusão social na cidadania, com enfoque na movimentação dos afrodescendentes, que não aparecem na grande imprensa. O trabalho procura mostrar o esforço e a persistência de pessoas que tentam romper barreiras resultantes do processo de escravização a que foi submetido o povo negro. Será dado enfoque às legislações municipais que resguardam a comunidade negra em Piracicaba. Nesse sentido, os estudos contemporâneos se revestem de apoio teórico e metodológico.

**Palavras-chave:** ações afirmativas, movimentos sociais, legislações, cultura

**Abstract**

The article, from literature sources and empirical experience, studying various aspects of affirmative action in Piracicaba. It is proposed to discuss the project in 2004, to propose an exercise in social inclusion, focusing on the movement of African descent who do not appear in the press. I show the effort and persistence of people trying to break down barriers caused by the process of enslavement they undergo black people. Focus will be given to municipal legislation that protects the black community in Piracicaba. In this sense, contemporary studies are of theoretical and methodological support.

**Keywords:** affirmative action, social movements, laws, culture

**Resumen**

El artículo, a partir de la literatura y la experiencia empírica, el estudio de diversos aspectos de la acción afirmativa en Piracicaba. Se propone discutir el proyecto en 2004, para proponer un ejercicio de inclusión social, centrándose en el movimiento de origen africano que no aparecen en la prensa. Puedo mostrar el esfuerzo y la persistencia de personas que tratan de romper las barreras causadas por el proceso de la esclavitud que sufren las personas negro. Se prestará especial atención a la legislación municipal que protege a la comunidad negro en Piracicaba. En este sentido, los estudios contemporáneos de apoyo teórico y metodológico.

**Palabras clave:** acción afirmativa, los movimientos sociales, las leyes, la cultura

---

\* Martim Vieira Ferreira é jornalista diplomado pela Universidade Metodista de Piracicaba, Estado de São Paulo, onde também se especializou em Gestão da Comunicação Jornalística, abordando o tema comunicação comunitária. Trabalha na Câmara de Vereadores de Piracicaba, Estado de São Paulo, como Assessor de Imprensa, no Departamento de Comunicação, onde conquistou o cargo de Jornalista, em concurso público.

**SUMÁRIO**

I - Introdução.....	06
II – Inclusão pela educação.....	07
III – Depoimentos.....	08
IV – Crime coletivo.....	10
V – Setor educacional.....	12
VI – Políticas tardias.....	13
VII – Considerações finais.....	14
VIII – Referencial bibliográfico.....	15

## I - Introdução

O conceito de ações afirmativas da população negra brasileira, inclusão social na cidadania e bem-estar social, na contemporaneidade, ganha reforço no final do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), com a força do Movimento Negro, a exemplo da Marcha para Zumbi (1998), em Brasília, que coloca em prática preceitos de convenções internacionais e tratados, a exemplo da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, ocorrida em setembro de 2001, em Durban, África do Sul, reunindo os principais países que passaram por processos de escravização. O encontro apontou para a perversidade do sistema, um crime contra a humanidade.

Na Conferência, a maioria dos países ratificou acordos na implantação das chamadas políticas afirmativas como forma de contemplar parte do legado de trabalhos forçados com o qual diversas economias se fortaleceram. Logo após a Conferência, o governo brasileiro implantou um programa de cotas no âmbito de alguns ministérios (Desenvolvimento Agrícola e Reforma Agrária, Justiça e Relações Exteriores), a título de reparações sociais.

O trabalho em questão mostra Piracicaba, no interior do Estado de São Paulo, como pioneira no cenário nacional na adoção de cotas no serviço público, por meio da lei 5.202/02, que reserva 20% das vagas aos afrodescendentes e garante 40% de participação em peças publicitárias oficiais, além de outras legislações e programas direcionados a segmentos marginalizados da sociedade, a exemplo dos negros, a título de aplicação das chamadas ações afirmativas. Também se avalia o reflexo dessas políticas governamentais na divulgação da mídia e as discussões no ambiente estudantil e movimentos sociais. A discussão sobre ações afirmativas não encontra respaldo da grande mídia, brasileira e internacional, que tem se pautado em questões superficiais.

Piracicaba ganhou destaque na realização de eventos prévios e pós-Conferência, com a presença dos principais representantes brasileiros, como a relatora da Carta de Durban, Edna Roland, e o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ricardo Henriques, que apresentou dados estatísticos sobre a desigualdade da comunidade negra nos mais de 500 anos de história oficial brasileira, o que reforça a noção de caráter discriminativa (positiva) das cotas raciais, como forma de o Estado colocar o “dedo na ferida”, na tentativa de, pelo menos em 50 anos, tentar amenizar os índices sociais da desigualdade brasileira.

O referido trabalho procura sistematizar o conhecimento empírico sobre a problemática do elemento negro, no levantamento de alguns dados, a partir da experiência de Piracicaba. Serão avaliados aspectos da construção histórica do racismo no Brasil e suas expressões na atualidade, com verificação dos sentidos e ações coletivas antirracismos, através de indivíduos que atuam em organizações, instituições e movimentos sociais, que lutam contra a discriminação social no Brasil. Portanto, o trabalho procura contribuir com reflexões acerca do racismo e antirracismo e com os debates em torno de políticas para reconhecimento identitário e com os debates em torno de políticas para reconhecimento identitário, voltadas para a inclusão socioeconômica e políticas de ações afirmativas.

Para este trabalho, a metodologia utilizada relaciona sujeito e objeto, com dados de estudos teóricos e veiculação da mídia impressa e no teor de legislações e programas de temáticas raciais em Piracicaba, direcionadas aos alunos carentes.

## **II - Inclusão pela educação**

A ênfase se faz no ano de 2004, mais precisamente no início do mês de agosto, quando o trabalho de um grupo de voluntários em Piracicaba se traduziu na criação do Processo Seletivo “Prof. Benedito de Andrade” – em parceria com o Colégio Luiz de Queiroz (CLQ); a Organização Não-Governamental (ONG) Sociedade Afro-Brasileira de Desenvolvimento Sócio-Cultural (Afrobras), com sede na cidade de São Paulo; a Sociedade Beneficente Treze de Maio de Piracicaba – Terceira entidade negra mais antiga do Brasil, fundada em 1906; a Prefeitura Municipal de Piracicaba e a Câmara de Vereadores de Piracicaba – na inserção de 90 afrodescendentes num dos melhores cursinhos pré-vestibulares, tradicionalmente frequentado pela elite branca, que na época contava com seis estudantes negros num universo de 1.000 (mil) alunos.

Diversos jovens afrodescendentes se inseriram no programa, com o propósito de alterar o rumo de suas vidas, tendo o processo educacional como uma das principais ferramentas alternativas de transformação social. Foram disponibilizadas bolsas de estudos, escalonadas, de 70% a 100%, com direito ao recebimento de apostilas, gratuitamente. Também funcionou um sistema de aulas de reforço aos domingos pela manhã, com voluntários do próprio curso pré-vestibular do CLQ, que se revezavam a cada meia hora, em disciplinas básicas como matemática, química, física, português e geografia, além de outras áreas requeridas pelo grupo. Também foi montado um sistema de apadrinhamento, criado por um grupo de

voluntários, com empresários que garantiram as necessidades básicas desses alunos, como o transporte escolar.

Projetos como esses tiveram pouca repercussão na mídia local e algum destaque em sites e blogs de militantes da causa negra – a exemplo do portalafro.com.br, que destinou profissional da mídia para registrar a aplicação das ações afirmativas em Piracicaba. A simples inscrição no programa já servia de referencial positivo.

### **III - Depoimentos**

A aluna Mariana Santos Silva, de 20 anos, ao entrar no programa do curso de pré-vestibular em 2005, rebuscou o sentido da palavra “diligência” para traçar o destino de sua vida e hoje, no ano de 2010, se orgulha de pertencer ao quadro de alunos da Universidade Federal de Mato Grosso, onde estuda Engenharia Florestal. Segundo ela, “diligência é uma habilidade adquirida, que combina persistência criativa, esforço inteligente, planejado e executado de forma honesta e sem atrasos, com competência e eficácia, de modo a alcançar um resultado puro e dentro do mais alto nível de excelência”.

Outro exemplo de superação aconteceu em 2005 com a aluna Eliana Baptista, de 32 anos, que estava fora do processo escolar havia 13 anos. Divorciada e com dois filhos, de oito e treze anos, ela não prosseguiu nos estudos por que se casou aos 18 anos. A participação no curso facilitou sua formação em Administração e a garantia de emprego na Prefeitura Municipal de Piracicaba, na condição de ter pertencido aos quadros da Guarda Civil Municipal. Hoje, no ano de 2010, Eliana é uma das principais secretárias-executivas do prefeito municipal de Piracicaba. Ela se diz confiante e afirma que seus filhos vão dar prioridade aos estudos, antes de querer formar a família deles.

A criação do Processo Seletivo “Prof. Benedito de Andrade”, em 2004, surgiu da constatação de que o universo de estudantes negros brasileiros que concluem o ensino superior não chegava a 2%, o que levou o grupo de piracicabanos a lançar o desafio de inclusão educacional. Para isso, era necessário chamar a atenção das autoridades constituídas e dos empresários do setor educacional, além de organizações que atuam na defesa dos direitos humanos e, principalmente, do próprio negro e negra, na aceitação do desafio que, na época, pretendia levar à reflexão do quanto se poderia mudar a realidade pessoal de cada indivíduo pelo processo educacional.



O modelo conceitual adotado pelo grupo suplantou tradicionais cursinhos pré-vestibulares voltados à população carente, mantidos por voluntários, em bairros periféricos. A ousadia foi tentar avançar no que poderia ser um diferencial oferecido a esses cidadãos. Assim, a concepção final se pautou na inserção do aluno negro, no que de melhor a cidade poderia oferecer.

Estabelecida a parceria, o passo seguinte foi romper as distâncias e as barreiras sociais, culturais e humanitárias de jovens que, embora vivessem numa mesma cidade, habitavam universos distintos. Mecanismos específicos foram estabelecidos na tentativa de quebrar barreiras e inserir, num primeiro momento, um grupo de 90 alunos, negras e negros, dos mais variados bairros da região periférica de Piracicaba, em uma das melhores escolas particulares.

O programa mudou o comportamento de muitos alunos, que nos dias atuais já conseguem vislumbrar o quanto o curso universitário, com direito a pós-graduação, mestrado e doutorado, pode sinalizar de diferencial para o legado de suas futuras gerações.

O referido trabalho procura sistematizar o conhecimento empírico sobre a problemática do elemento negro, no levantamento de alguns dados, a partir da experiência de Piracicaba. Serão avaliados alguns aspectos da construção histórica do racismo no Brasil e suas expressões na atualidade, com verificação dos sentidos das ideologias e ações coletivas antirracismos, através de indivíduos que atuam em organizações, instituições e movimentos sociais que lutam contra a discriminação social no Brasil. Portanto, o trabalho procura contribuir com reflexões acerca do racismo e antirracismo e com os debates em torno de políticas para reconhecimento identitário, voltadas para a inclusão socioeconômica e políticas de ações afirmativas.

O trabalho pioneiro desse grupo abriu fronteiras, com outros cursos pré-vestibulares voltando seus olhares comerciais no potencial do aluno negro, visto que a cidade de Piracicaba, de 360 mil habitantes, é constituída por mais de um terço de afrodescendentes (pretos e pardos), segundo dados do IBGE, Censo 2010.

Para este trabalho, a metodologia utilizada será qualitativa, relacionando sujeito e objeto, com dados de estudos teóricos e veiculação da mídia. Na leitura qualitativa, a metodologia será baseada em conteúdos de discursos, material da mídia impressa e no teor de legislações e programas de temáticas raciais em Piracicaba, direcionadas aos alunos carentes.

#### IV - Crime coletivo

O conceito de crime coletivo no processo de escravidão, principalmente do negro africano, reflete nos estudos do jurista Fábio Konder Comparato, em artigo divulgado pelo jornal Folha de S.Paulo.

Segundo ele,

“a escravidão de africanos e afrodescendentes no Brasil foi o crime coletivo de mais longa duração praticado nas Américas e um dos mais hediondos que a história registra, sendo que foram milhões de jovens capturados durante séculos na África e conduzidos com a corda no pescoço até os portos de embarque, onde eram batizados e recebidos com ferro em brasa, a marca de seus respectivos proprietários” (COMPARATO, 2008, p.A3).

Essa carga humana era acumulada no porão de tumbeiros, com menos de um metro de altura. Quando desembarcados, eram conduzidos a mercados públicos para serem arrematados em leilões, sendo que o preço de cada “peça” dependia da largura dos punhos e dos tornozelos, além de verificação da arcada dentária.

A contextualização do tema traz à tona esse legado negativo do negro brasileiro, visto que aqui o processo de escravidão perdurou por mais 50 anos, bem depois de o mundo ter abolido essa prática. Após serem comprados em leilões, os africanos escravizados iam para os domínios rurais, maltrapilhos, enfrentando jornada de trabalho superior a 16 horas, sob o chicote dos feitores. O tempo de vida do escravo no Brasil nunca ultrapassou 12 anos, e a mortalidade sempre superou a natalidade, alimentando um incentivo constante ao tráfico negreiro.

O enquadramento do trabalho escravo fazia-se pela violência contínua. Daí a busca desesperada pela libertação, pela fuga ou o suicídio. As punições ocorriam em público, geralmente pelos açoites. Era frequente aplicar a um escravo até 300 chibatadas, quando o Código Criminal do Império as limitavam ao número máximo de 50 por dia. Mas, em caso de entendimento de falta grave, os patrões não hesitavam em aplicar mutilações: dedos decepados, dentes quebrados e seios furados.

Havia o trauma irreversível da transculturação, pois os cativos eram brutalmente afastados de sua língua, de seus costumes e de suas tradições. Desde o embarque na África, procurava-se agrupar indivíduos de etnias diferentes, falando línguas incompreensíveis uns para com os outros. Para que pudessem se comunicar ente si, tinham que aprender a língua dos patrões, gritada pelos feitores.

Outro efeito desse crime coletivo foi a desestruturação dos laços familiares. As jovens escravas “de dentro” serviam habitualmente para saciar o impulso dos machos da casa grande, enquanto na senzala homens e mulheres viviam em alojamentos separados. O acasalamento entre africanos e africanas escravizados era tolerado para a reprodução, jamais para a constituição de uma família regular.

O resultado inevitável desse processo de exploração do ser humano foi a superposição do direito de propriedade aos deveres de parentesco, mesmo consanguíneo. O próprio Estado brasileiro contribuiu para suavizar e apagar da mente da sociedade a culpa pela escravidão. Registros históricos da época do Império mostram que o ministro das Finanças, o advogado e jornalista Rui Barbosa, comandou a queima de papéis oficiais confirmando a existência da escravidão no Brasil. Assim, fazendeiros que adquiriram suas “propriedades” – ou as “peças de guiné”, como eram considerados africanos escravizados – não tinham como acionar o Estado para rever perdas monetárias. Efeito disso ganha reflexo ainda hoje, principalmente para historiadores que se veem privados de aferir a trajetória do antepassado negro brasileiro.

Já nos Estados Unidos, a história foi bem diferente. Na década de 1980, estreou no Brasil a série Raízes – novela do escritor Alex Haley, exibida pelo SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) –, que identificou a origem de seu personagem, Kunta Kinte – jovem príncipe, filho de Omoro e Binta, que vivia na aldeia Juffure, a quatro dias de Gambia, na África do Sul – num trabalho de pesquisa que levou mais de 12 anos. E que retrocedeu 200 anos na história de sua própria família, para identificar em uma aldeia da África o seu antepassado, possibilitando identificar até o navio que o transportou à América do Norte.

Hoje, em pleno século XXI, essas consequências permanecem marcadas na mentalidade social e nas relações econômicas, sendo que, atualmente, negros e pardos representam mais de 70% dos 10% mais pobres da população brasileira, segundo dados do IPEA e do IBGE, em 2002. No mercado de trabalho, com a mesma qualificação e escolaridade, os negros recebem em média quase a metade do salário pago aos brancos; e as mulheres negras, até metade da remuneração dos trabalhadores negros. Nas cidades, mais de dois terços dos jovens assassinados entre 15 e 18 anos são negros.

O Artigo 3º da Constituição Federal Brasileira declara como objetivos fundamentais da República erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, bem como promover o bem de todos, sem preconceitos de qualquer espécie. Mas aquilo a que assistimos ainda hoje parece ser um Brasil desigual para o povo negro, o que pode ser refletido em qualquer levantamento estatístico da realidade social.

## V - Setor educacional – direito, cidadania, empregabilidade

O conceito de ações afirmativas também engloba os setores educacionais, visando corrigir certas distorções que afetam a população negra. O educador brasileiro Mário Sérgio Cortella defende a ótica de que “as cotas não resolvem a questão social dos afrodescendentes no país, mas abrem espaços para fazê-los aparecer. Embora o sistema não seja suficiente, é uma medida necessária porque enseja a formação de grupos afrodescendentes na sociedade” (CORTELLA, 2003, p. 7).

Cortella indica que a situação social e educacional no Brasil não muda de um dia para o outro. Para o educador, “o Brasil tem escondido em sua tela social um racismo que só não aparece porque o negro não disputa de fato o espaço do branco, sendo que no Brasil a convivência entre negros e brancos existe, mas há a suposição de submissão dos negros, o que o leva a não disputar espaço”.

Para Cortella,

Nosso racismo só vem à tona em momentos em que a negritude ameaça o espaço do indo-europeu. Nos Estados Unidos, as cotas serviram para obrigar a convivência entre brancos e negros. Nós somos apenas a quinta geração depois da abolição da escravatura. Os bisavôs de muitos de nós vivenciaram a escravatura, o que significa que existe certo costume de imaginar os negros em funções subalternas. Se é subalterno, não disputa espaço. A eficácia das cotas aparece aí. A pergunta que se faz é se, sem essas políticas, haveria nos Estados Unidos um secretário de Estado como Colin Powell? Nós temos ministras negras, mas isso se deu pela indicação do atual governo. Pertenci a um governo dirigido por uma mulher da Paraíba (Luiza Erundina), que, além de nordestina, era de estatura baixa e solteira. Ela dizia que só faltava ser negra, porque do restante já a ‘acusavam’. Quando queriam ofendê-la, falavam de sua origem social (CORTELLA, 2003, p. 10).

O então geógrafo e ex-professor emérito da USP, Milton Santos, no artigo “Ética enviesada da sociedade branca desvia o enfrentamento do problema negro”, já fazia o seu alerta social.

Conforme diz,

aqui, o fato de que o trabalho do negro tenha sido, desde o início da história econômica, essencial à manutenção do bem-estar das classes dominantes, deu-lhe um papel central na gestão e perpetuação de uma ética conservadora arraigada e mantida por estereótipos que ultrapassam os limites do simbólico e têm incidência sobre os demais aspectos das relações sociais. Por isso, talvez ironicamente, a ascensão, por menor que seja, dos negros na escala social sempre deu lugar a expressões veladas ou ostensivas de ressentimentos – paradoxalmente contra as vítimas. Ao mesmo tempo, a opinião pública foi, por cinco séculos, treinada para desdenhar e, mesmo, não tolerar manifestações de inconformidade, vistas como um injustificável complexo de inferioridade, já que o Brasil, segundo a doutrina oficial, jamais acolhera alguma forma de discriminação ou preconceito (SANTOS, 2000).

## **VI - Políticas tardias**

Na condição de ativista negro e jornalista, entendo por políticas tardias a tentativa da nação brasileira de reparar os mais de 350 anos em que os negros e as negras estiveram sob o jugo do Estado, sem a penitência da Igreja, considerados desalmados e comercializados como objetos em diversos países. A tentativa de reparações passa pelo reconhecimento de que houve um crime contra a humanidade, merecendo ressarcimentos morais, pecuniários e latifundiários como premissas básicas para se falar em igualdade de direitos e oportunidades para as futuras gerações.

Dados mostram que o racismo no Brasil atua de forma descarada, violenta, embora muitas vezes aparece de forma camuflada, sutil, e esconde-se atrás da aparência, local de moradia, e colégio em que se estudou. Raramente temos um processo que leve alguém para a cadeia por racismo. Os processos terminam em injúria ou difamação.

A política de cotas no Brasil foi implantada pelo próprio Estado, por pressão do Movimento Negro, como forma de ressarcir parte do que se entende como um crime contra a humanidade, a escravidão. A maioria do povo brasileiro tem ascendência africana. Mesmo com a implantação das cotas, a igualdade de oportunidades ainda fica muito distante para os negros. O sistema de cotas não fere a Constituição Federal. O próprio Artigo 5º, que prega a igualdade para todos considera que a nação deve observar os tratados e as convenções internacionais, como o Congresso Internacional de Durban, na África do Sul, em 2001, que reforçou o conceito de ações afirmativas.

Avaliações atuais indicam que a divulgação das políticas de cotas, sob a condição de aplicação de ações afirmativas, padece de uma discussão mais ampla na sociedade. A adoção do sistema fica ao sabor dos políticos de plantão que entendem o processo como forma de agregar votos para suas plataformas eleitoreiras, uma vez que a grande massa da população continua sob o crivo do coronelismo, que apenas mudou de fachada para justificar sua presença em pleno século XXI.

## **VII - Considerações finais**

Temas como as ações afirmativas levou os legisladores piracicabanos e o poder Executivo, bem como a própria sociedade e setores organizados, por intermédio de ONGs, a buscar caminhos de diálogo na promoção social. O programa tentou recuperar o alto estima de

alunos que se viam fora do processo escolar. Também se avançou na efetivação de leis de proteção social que sinalizam um novo horizonte para diversas pessoas que estavam à margem do sistema.

Convive-se com os reflexos da escravidão. O governo brasileiro “lavou as mãos” frente à leva de ex-escravos africanos que de noite para o dia ficaram ao léu, sem poder ancorar sua “carcaça arquejada” do longo trabalho árduo nos campos dos senhores fazendeiros.

Desde a implantação das ações afirmativas em Piracicaba, envolvendo o poder público, a cidade ganhou referência estadual e nacional na adoção de medidas que conferem um diferencial no tratamento das questões afetas à comunidade negra.

## VIII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COMPARATO, Fábio Konder. *Débito colossal: a escravidão de africanos e afrodescendência no Brasil foi o maior crime coletivo de mais longa duração praticado nas Américas*. Artigo publicado no jornal “Folha de S.Paulo”, seção Opinião, edição de 8 de julho de 2008.

CORTELLA, Mário Sérgio. *O negro é invisível*. Revista IstoÉ, nº 1.744, p. 7-11, edição de 5 de março de 2003. Entrevista concedida a Greice Rodrigues e Rita Moraes.

CARDOSO, Rachel. *Luta por legitimação*. Revista Educação, ano 13, nº 155, edição de março 2010, p. 26.

NAPOLITANO, Marcos. *A síncope das ideias: a questão da tradição na música popular brasileira*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007.

OLIVEIRA, Fabiana de. *Um estudo sobre a creche: o que as práticas pedagógicas produzem e revelam sobre a questão racial*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Carlos. 2004. Postado em [www.observatoriodaeducacao.org.br](http://www.observatoriodaeducacao.org.br)

SANTOS, Milton. *Ética enviesada da sociedade branca desvia enfrentamento do problema negro*. Extraído do site do Instituto Afro-Brasileiro de Desenvolvimento Regional Milton Santos – <http://www.hploco.com/ims/index.html>, 2000.

VICENTE, José. *Luta por legitimação*. Revista Educação, ano 13, número 155, edição de março de 2010, pg. 26.

WILSON, Dorothea. Coordenadora da Rede de Mulheres Afro Latino-Americanas, Caribenhas e da Diáspora. Em artigo disponível em: <http://avaliacaodurban2009.wordpress.com/tag/rede-de-mulheres-afro-latino-americanas>.